



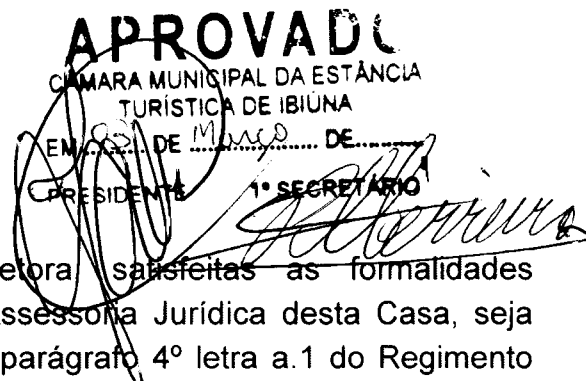
# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP. – Fone/Fax: (15) 3241-1266

REQUERIMENTO Nº 54/2009



Requeiro à Mesa Diretora satisfeitas as formalidades regimentais, para que se após estudos junto à Assessoria Jurídica desta Casa, seja verificada possível contradição entre o artigo 175 parágrafo 4º letra a.1 do Regimento Interno desta Câmara e o artigo 42 da Lei Orgânica do Município.

## JUSTIFICATIVA:-

Justifica-se o presente Requerimento, pois este vereador ao ler os referidos documentos, verificou que o artigo 42 da L.O.M. diz que “As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta (grifo meu) dos votos dos membros da Câmara Municipal, observadas os demais termos de votação das leis ordinárias”. Já o Regimento Interno no artigo 175 parágrafo 4º letra a.1 dispõe que “As deliberações do Plenário serão tomadas ... parágrafo 4º “Dependerão do voto favorável de 2/3 (dois terços) – grifo meu - dos membros da Câmara: a) as leis concernentes a: 1-aprovação e alteração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado”. Sabemos que leis que se referem a aprovação ou alteração de Plano Diretor são leis complementares, portanto o Regimento ao afirmar que tais leis dependem de 2/3 dos membros da Câmara, entra em contradição com a Lei Orgânica que dispõe que as referidas leis são aprovadas por maioria absoluta.

Se confirmada tal averiguação, pede-se a devida correção no Regimento para evitarmos possíveis dúvidas no eventual encaminhamento de votações de alterações de leis complementares com o teor acima mencionado.

Ainda neste ensejo, outrossim sugiro à Mesa Diretora que se utilize a Comissão de Justiça e Redação, ou que se nomeie uma outra Comissão Especial de Vereadores, para que junto com a Assessoria Jurídica se faça a atualização do Regimento no tocante à Lei Orgânica vigente, pois numa leitura mais profunda do mesmo percebe-se que há outras contradições com a L.O.M e a Constituição Federal, conforme já requerido e justificado anteriormente nesta Casa.

SALA DAS SESSÕES, VEREADOR RAIMUNDO DE ALMEIDA LIMA, EM 03 DE MARÇO DE 2009.

EDUARDO ANSELMO DOMINGUES NETO

Secretaria Administrativa  
Recebido: 03/03/2009

16/74

# Regimento Interno

## RESOLUÇÃO Nº 005/83

"Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Ibiúna."

Art. 175 - As deliberações do Plenário serão tomadas:

I - por maioria absoluta de votos (LOM, art. 19, § 2º);

II - por maioria simples de votos (LOM, art. 19, § 1º);

III - por 2/3 (dois terços) dos votos da Câmara (LOM, art. 19, § 3º).

§ 1º - A maioria absoluta diz respeito à totalidade dos membros da Câmara e a maioria simples aos Vereadores presentes à sessão.

§ 2º - As deliberações, salvo disposição em contrário, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de Vereadores.

§ 3º - Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara a aprovação e as alterações das seguintes matérias:

a) Código Tributário do Município;

b) Código de Obras ou de Edificações;

c) Estatuto dos Servidores Municipais;

d) Regimento Interno da Câmara;

e) Criação de cargos e aumento de vencimento de servidores municipais, quer seja do Legislativo, quer do Executivo (LOM, art. 19, § 2º).

§ 4º - Dependerão do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara:

a) as Leis concernentes a:

1 - aprovação e alteração do Plano Diretor de Desenvolvimento

Integrado

2 - concessão de serviços públicos;

3 - concessão de direito real de uso;

4 - alienação de bens imóveis;

5 - aquisição de bens imóveis por doação com encargos;

6 - alteração de denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

7 - obtenção de empréstimos de particular.

b) realização de sessão secreta;

c) rejeição de veto;

d) rejeição de parecer prévio do Tribunal de Contas;

e) concessão de título de cidadania honorária ou qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas;

f) aprovação da representação solicitando a alteração do nome do Município (LOM, art. 19, § 3º).

5º - Dependerá, ainda, do mesmo quórum estabelecido no parágrafo anterior, a declaração de afastamento definitivo do cargo de Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador, julgado nos termos do Decreto-Lei Federal nº 201, de 27/02/67 (LOM arts. 22 e 40), bem como o caso previsto no artigo 22, deste Regimento.

# Lei Orgânica

## PREÂMBULO

"O Povo Ibiunense, invocando a proteção de Deus, inspirado nos princípios constitucionais de a todos assegurar justiça e bem-estar, por seus representantes, decreta e promulga a seguinte **Lei Orgânica do Município de Ibiúna.**"

.....

.....

Artigo 42 - As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo Único - São leis complementares, além de outras indicadas nesta Lei Orgânica; as que disponham sobre: \*

- I – uso e ocupação do solo;
  - II – obras públicas e particulares;
  - III – matéria e tributos municipais;
  - IV – servidores público, e
  - V – política de desenvolvimento urbano. \*
-